



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 09/2023

Origem: Executivo Municipal

EMENTA: CONCEDE REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CF /88 AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INVATIVOS E PENSIONISTAS, ESTAGIÁRIOS, E DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, REAJUSTA VENCIMENTOS E AUXÍLIO – ALIMENTAÇÃO.

Trata-se de projeto de Lei de nº 09/2023, o qual o Poder Executivo Municipal concede revisão geral aos servidores públicos municipais.

Segundo consta da justificativa apresentada pelo representante do Poder Executivo, Prefeito Municipal, o Sr. Albino Gonçalves Padilha, o referido projeto de lei têm como objetivo realizar a revisão anual que notoriamente é concedida em maio de cada ano, objetivando repor as perdas salariais ocorridas entre novembro de 2021 a fevereiro de 2023.

Sustentaram que a revisão anual é um direito constitucionalmente previsto, objetivando promover a reposição de perdas financeiras provocadas pela desvalorização da moeda, decorrente de efeitos inflacionários, relativos ao período de um ano.

É o breve relatório.

Desta feita, passa-se a análise dos aspectos de direito do projeto de lei:

Preambularmente, é bom enaltecer que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”. Neste contexto, é oportuno enaltecer que, no Projeto de Lei em referência, não foram detectadas inconsistências de redação, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada.

Desse modo, objetivando oferecer uma melhor interpretação aos nobres Edis, sobre o presente assunto, faz-se necessária a averiguação de algumas considerações antes da aprovação do presente projeto de lei.

Dispõe o art. 37, inciso X da Magna Carta:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices (...)

Assim, a matéria está amparada pela Constituição Federal de 1988.

Dispõe o art. 3º do presente Projeto de Lei:

Art. 3º Os servidores municipais do quadro do magistério público municipal (professores) passarão a receber o piso nacional do magistério no valor de R\$4.420,00 para 40 hs ou proporcional a carga horária, aplicando a reposição no vencimento e a diferença em rubrica separada, retroativos a janeiro de 2023. (grifos nossos)

Acontece, que tal situação merece uma observação, pois a forma dada a redação do art. 3º, merece atenção, uma vez que o valor referente a diferença salarial poderia ser sobre o valor inicial e não em rubrica separada.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Recentemente o Tribunal de Contas (TCE/SC) determinou a aplicação, na rede pública de ensino, o piso nacional dos professores. Assim, para uma melhor interpretação do caso, faz-se necessária a averiguação da decisão do TCE/SC:

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos arts. 59 e 113 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, decide: 1. Reiterar a determinação constante no item 2.1.1 da Decisão n. 191/2022, proferida pelo Tribunal Pleno desta Corte de Contas no presente processo, com o estabelecimento do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta deliberação no Diário Oficial Eletrônico do TCE – DOTC-e -, para que a Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra comprove a este Tribunal o cumprimento da referida determinação, remetendo ao Poder Legislativo municipal projeto de lei que estabeleça como referência do vencimento básico para o cargo efetivo de professor 40 horas e de professor contratado em caráter temporário 40 horas o valor do Piso Salarial Nacional. 2. Alertar a Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, na pessoa do Prefeito Municipal, que a reincidência no descumprimento da determinação constante do item 2.1 da Decisão n. 191/2022, pode ensejar as sanções previstas ao gestor no art. 70, VI e §1º, da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000. 3. Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como do Relatório DAP/CAPE-I/Div.1 n. 5162/2022 e do Parecer MPC/AF n. 1751/2022, ao Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra e à Secretaria de Educação e ao Controle Interno daquele Município. Ata n.: 2/2023 Data da Sessão: 01/02/2023 - Ordinária - Virtual Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus João De Nadal, José Nei Alberton Ascari, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e Luiz Eduardo Cherem Representante do Ministério Público de Contas/SC: Diogo Roberto Ringenberg Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca, Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA JÚNIOR Presidente CESAR FILOMENO FONTES Relator Fui presente: Diogo Roberto Ringenberg Procurador-Geral do Ministério Público de Contas/SC.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Diante do exposto acima, sugiro que seja aplicado a reposição sobre o vencimento inicial, não devendo ser pago em rubrica separada, para evitar irregularidades.

No demais, considerando tal dispositivo legal e no que diz respeito à técnica legislativa o Projeto de Lei em análise atende aos dispositivos legais da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Complementar federal nº 95/98, eis que provido de precisão e concisão, fatores que tornam certa a sua aplicabilidade.

Encontra-se regular e em ordem a tramitação deste Projeto de Lei. A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequada perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante à regra prevista no artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal do Poder Executivo, como expõe em suas razões motivadoras.

Nesse sentido não há objeção quanto à constitucionalidade e à legalidade do projeto, estando, portanto, assegurada a sua juridicidade, pois há previsão legal na lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.

Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, a Assessoria Jurídica **OPINA** s.m.j., pela viabilidade técnica do Projeto de Lei em análise. No que tange ao mérito, a Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Este, S.M.J., o Parecer que submetemos à consideração de Vossas Excelências.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Bom Retiro (SC), 11 de abril de 2023.

Assinatura manuscrita em azul, circunscrita por um círculo azul. A assinatura parece ser "GK Machado".

Gabriele Klaumann Machado

Assessora Jurídica

OAB/SC nº 41.941